

Polissemia do conceito de instituição: diálogos entre Goffman e Foucault

Polysemy of the concept of institution: dialogues between Goffman and Foucault

Marcelo Santana Ferreira

Resumo

O artigo procura apresentar reflexões de Michel Foucault sobre as instituições disciplinares, além de pesquisas e problematizações de Erving Goffman sobre as instituições totais. Respeitando a diferença entre as formulações teóricas, o objetivo do artigo é defender a relevância dos estudos dos dois autores para o campo da psicologia social, especificamente. Após fazer uma apresentação da formulação dos conceitos nas obras dos autores citados, problematiza-se a atualidade do conceito de instituição e o sentido histórico e político de sua elaboração. Procura-se defender, no artigo, a importância dos autores para a compreensão da vida em sociedade e das transformações ocorridas, através das instituições, da concepção que se tem de si mesmo nas sociedades em que foram inventadas as instituições disciplinares e as instituições totais.

Palavras-chave

Instituição; Goffman; Foucault.

Abstract

The article search to present reflections of Michel Foucault about disciplinar institutions, and searches and problematizations of Erving Goffman about total institutions. Respecting the difference between theoretical formulations, the goal of this article is to defend the relevance of the two authors to the social psychology field, specifically. After the presentation of the two concepts in to the works of the authors, problematizes the actuality of the concept of institution and a sense of their historical and political development. It seeks to defend, in the article, the importance of the authors for the understanding of life in society and of the transformations occurred, through the institutions, of the conception that you have of yourself in societies that were invented both of models of institutions.

Keywords

Institution; Goffman; Foucault.

Marcelo Santana Ferreira

Universidade Federal Fluminense

Professor Adjunto III do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense; Editor de Fractal: Revista de Psicologia; Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

celo.sferreira@gmail.com

Apresentação

Existem conceitos que, no decurso do tempo histórico, parecem assumir uma quase evidência, não sendo mais necessário o devido esclarecimento a respeito dos processos epistemológicos e institucionais que garantiram que os mesmos fossem formulados. Talvez seja este o caso do conceito de instituição, utilizado em diferentes momentos em investigações e intervenções em Psicologia Social, bem como em muitas áreas do conhecimento afins.

Com a preocupação de defender a necessidade de compreensão do conceito ao resguardar sua polissemia, o presente trabalho se voltará a momentos da obra de Erving Goffman e Michel Foucault, com o intuito de interpretar a formulação teórica dos dois estudiosos, a fim de entender suas diferenças e mesmo – principalmente – a sua importância na atualidade, uma vez que seus estudos permitem uma compreensão consistente do que se entende por instituições. Além disso, apesar de considerar importantes diferenças nas duas abordagens, é possível encontrar pontos de contato entre as formulações, ajudando-nos a interpretar o sentido do conceito e a sua grande relevância teórica e política.

Goffman e as instituições totais

Erving Goffman, sociólogo canadense do século XX, a partir de observações etnográficas, de análise de fontes documentais e de biografias, formulou categorias importantes sobre instituições totais, lugares em que se desenrolam processos de mortificação do “eu civil”, conceito remetido à lenta elaboração de uma imagem de si mesmo que é formulada a partir da relação com os outros, em diferentes fases da socialização, desde o nascimento até a inserção em diferentes instituições, como as escolas, fábricas, empresas e clubes esportivos. O “eu civil” pressupõe que possamos regular, em parte, a imagem que gostaríamos que os outros fizessem de nós mesmos. A mortificação do “eu civil” implica em uma deterioração da imagem que o indivíduo faz de si mesmo, uma vez que “outros significativos” como pais e parceiros afetivos mudam a percepção que possuíam do indivíduo, como é o caso dos parentes que acompanham indivíduos a consultas psiquiátricas sem o consentimento dos mesmos.

Tal processo de mortificação fere o subsídio social de que os indivíduos necessitam para forjarem a imagem de si mesmos. Goffman não se restringe a situação apontada anteriormente, apresentando muitos dados de suas observações etnográficas e suas leituras de textos de diferentes naturezas para ampliar a imagem dos processos institucionais que quer estudar. Tornar-se interno de uma instituição psiquiátrica, fazer parte de um grupo de alunos em formação militar, experimentar um processo de crise da noção de eu que se possuía ao entrar em uma instituição religiosa são exemplos das experiências estudadas pelo autor, preocupado em compreender o caráter sociológico do “eu civil” e de sua crise.

As instituições totais – instituições de tratamento psiquiátrico, colégios internos, instituições religiosas e quartéis – organizam, a partir do binarismo entre equipe dirigente e grupo controlado, a totalidade da experiência cotidiana de um interno, viabilizando que o *continuum* das vivências se dê em um mesmo espaço-tempo: os internos dormem, fazem suas refeições, vêem televisão, tomam medicamentos e “matam” o tempo no mesmo espaço, não havendo rupturas, como é comum em nossa experiência cotidiana, remetida à descontinuidade dos lugares em que fazemos nossas refeições, nos sentamos para conversar com alguém, consumimos cigarros e bebidas e, mesmo, dormimos. Nas instituições totais, é-se impregnado por

uma atmosfera em que não há possibilidade de intimidade ou de fruição, é-se impedido de deliberar sobre aspectos miúdos da existência, como a decisão de ir ao banheiro, deitar-se, ler um livro, fazer um telefonema ou fumar. Deste modo, as instituições totais são lugares fechados, de que se é impedido de sair, apenas sob o aval de especialistas que acompanham o processo de internamento dos indivíduos. Erving Goffman apresenta um conjunto de categorias que foram formuladas a partir de suas observações, contribuindo para a reflexão crítica a respeito do sentido social de algumas afirmações, como aquelas que são enunciadas por psiquiatras a respeito do “adoecimento mental”.

Para Erving Goffman (2008, p. 15) todas as instituições têm uma tendência ao fechamento. A partir de uma definição simples de instituições – “(...) locais, tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas em que ocorre atividade de determinado tipo” – o sociólogo buscará empreender uma exaustiva caracterização das instituições totais, em que a vida do internado se dá em um fosso em relação à vida que se levava anteriormente. As instituições totais cumprem diversas funções em uma sociedade, como são os orfanatos, os sanatórios, hospitais para doentes mentais, campos de prisioneiros de guerra, quartéis, navios militares e mosteiros. Ao invés de simplesmente encontrar os pontos em comum entre as instituições, Erving Goffman (2008) sugere que cada uma delas apresente, em grau intenso, parte da família de atributos que definem o modo de funcionamento das instituições totais. A partir de binarismo apontado anteriormente – o mundo da equipe dirigente e o mundo dos internados – Goffman (2008) indicará não somente o modo como algumas instituições funcionam, mas fundamentalmente o processo de deterioração do eu civil em curso no cotidiano dos procedimentos de uma instituição total. Recorrendo à literatura e a sua inserção etnográfica em instituição total, Goffman (2008) sugere o estatuto social do eu civil e o enfraquecimento da imagem que se faz de si mesmo, a partir das exigências de funcionamento da instituição total. Algumas categorias chamam mais diretamente a nossa atenção: distância social entre equipe dirigente e internado, os estereótipos antagônicos, a cultura aparente do internado e o estojo de identidade dos internados.

Inicialmente, Goffman indicará que há uma estrita hierarquia entre os membros da equipe dirigente de uma instituição total e os internos, o que viabiliza que a distância social seja confirmada em todos os aspectos da vida institucional. Enfermeiros podem se colocar entre um paciente de uma instituição psiquiátrica e os seus médicos, dificultando o acesso do interno ao seu próprio médico. Tal distância implicará na formulação de papéis diversos representados pelos internos, sem que eles se sintam devidamente assistidos ou constituindo um espaço em que dificilmente poderá haver mobilidade social. Os membros da equipe dirigente podem manter contato com o mundo exterior, enquanto as relações dos internos estão relegadas a contatos mínimos, sempre mediados pela presença e pelo crivo de representantes da equipe dirigente. Esse processo gerará a formulação de estereótipos antagônicos, em que os internos tenderão a ver membros da equipe dirigente de uma forma rígida, o que também ocorrerá na percepção que os membros da equipe construirão sobre os internos. A própria instituição tenderá a ser interpretada como propriedade da equipe dirigente. Além disso, os internos que chegam a uma instituição total trazem referências a respeito de si mesmos e do mundo que tenderão a ser desqualificadas durante sua “carreira moral”, ou seja, pela “(...) carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele” (GOFFMAN, 2008, p. 24) como no caso dos doentes mentais, que atravessam as dolorosas fases de mortificação do eu civil até o momento em que os elos com o mundo externo serão desfeitos, trazendo enormes dificuldades de

estabelecimento de relações significativas com o mundo de fora das instituições.

Um dos primeiros aspectos que é objeto de intervenção das instituições totais é o que Goffman chama de estojo de identidade, ao se reportar aos objetos e estratégias de que fazemos uso cotidianamente para podermos nos apresentar aos outros: espelhos, pentes, perfumes, roupas, cortes de cabelo serão suprimidos ou submetidos à imagem que será cultivada no interior das instituições totais. Uma mesma roupa que já foi utilizada por outros internos, sapatos maiores do que o tamanho dos pés, impossibilidade de se regular a própria imagem social que se cultiva e com que se reporta ao outro são elementos de uma transformação do eu. As instituições totais operam por rebaixamento do eu civil, por diminuição e mesmo supressão das possibilidades de que os indivíduos interfiram na imagem que os outros fazem deles. Deste modo, Goffman (2008, p. 22) apresentará uma importante definição do funcionamento das instituições totais:

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. Há também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu.

As estufas para mudar pessoas iniciam seus empreendimentos precocemente se a entrada na instituição é voluntária. No caso de uma instituição religiosa, a própria imagem que o indivíduo fazia de si mesmo já estava declinando antes do internamento. Nos outros casos, a perda da imagem de si, a perda da própria ligação do eu com os outros significativos é vivida de forma dolorosa. O cotidiano das instituições totais se assentará no alheamento do indivíduo em relação ao destino de seus próprios pares sociais, por mais desumana que seja a situação vivida por outro interno. Um militar pode assistir a degradação de um colega, um preso político à humilhação de um parceiro e assim por diante. O alheamento se dá de forma concomitante a uma partilha não consentida de aspectos da vida do indivíduo que, anteriormente, compunham a sua experiência da intimidade. Cartas endereçadas aos internos podem ser violadas e lidas por superiores ou membros da equipe dirigente, pode-se falar na presença de um interno sobre ele mesmo, como se ele não estivesse ali. Todos os aspectos que significavam apreço pelo indivíduo começam a lhe ser negados, deteriorando a imagem que se construía e que era reiterada a respeito de si mesmo. Aqui, se percebe o quanto a pesquisa de Erving Goffman significou uma importante inspiração política para as reformas de instituições de tratamento do sofrimento mental em países como o Brasil nos anos de 1970, por abrir uma frente epistemologicamente sustentada de questionamento da finalidade das instituições: cura ou produção de estereótipos? Humanização ou objetivação dos internos? Acompanhamento ou deterioração da experiência de si? Nas instituições totais, o conhecimento que se obtém dos internos se baseia, também, nas indignidades físicas que os mesmos terão que vivenciar. A subalternidade e a estereotipia dos gestos não corresponderão à experiência de si mesmo, como no caso da doença mental, mas a expressão de uma mortificação levada a cabo pelo próprio modo de funcionamento da instituição. As chamadas indignidades físicas se darão pelas posições assumidas pelos internos ao se curvarem aos outros, de ter que adotar posturas e atitudes que não firmam a autoridade dos membros da equipe dirigente.

Tal processo se estenderá ao enfraquecimento da fronteira entre o eu e o ambiente. Goffman (2008) recorre à memória de prisioneiros de campos de concentração nazistas e de militares em processo de formação para nos

indicar imagens de extorsão da fronteira que na vida civil se estabelece entre os indivíduos e os outros. De acordo com o próprio autor,

no mundo externo, o indivíduo pode manter objetos que se ligam aos seus sentimentos do eu – por exemplo, seu corpo, suas ações imediatas, seus pensamentos e alguns de seus bens – fora de contato com coisas estranhas e contaminadoras. No entanto, nas instituições totais esses territórios do eu são violados: a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas (GOFFMAN, 2008, p. 31).

Ao serem rompidas as fronteiras entre o eu e o ambiente, a própria concepção que se tinha de si mesmo será profanada, estando o indivíduo sempre à mostra dos outros, sendo observado mesmo pelos seus parceiros mais imediatos, reduzido ao diagnóstico e ao estereótipo que se produziu sobre ele, no caso de uma instituição de tratamento. Nenhum objeto lhe permite a sensação de uma fronteira, a vida íntima com seus outros significativos tenderá a ser também invadida pela racionalidade da equipe dirigente e nenhum espaço de intimidade será preservado. Vínculos afetivos serão profanados, cartas serão abertas, necessidades fisiológicas deverão ser satisfeitas na presença de outras pessoas. A vida psicológica dos internados não será definida como espaço ou experiência de singularidade, mas aquilo que é negado e desqualificado, de forma permanente e contundente. Assim se dará o processo de mortificação do eu.

Instituições totais podem ser compreendidas como espaços em que as disposições psicológicas dos indivíduos internados se modificarão gradativamente, mesmo daqueles indivíduos que componham a chamada equipe dirigente. De acordo com Portugal (2006), a perspectiva teórica de Goffman permite que se defenda a possibilidade de análises qualitativas que decorrem de observação de situações sociais reais, não controladas. Tal perspectiva microssociológica permite que interpretemos as interações sociais em que se operam modificações na imagem que se faz de si mesmo, abrindo uma via fecunda de análise dos modos de objetivação dos indivíduos em sociedades do século XX e, mesmo, nas sociedades do século atual, uma vez que ainda existem instituições como aquelas que são categorizadas e interpretadas como totais.

As instituições totais estão assentadas em uma espécie de racionalidade que é defendida pelos membros da equipe dirigente, mas sua cultura está longe de expressar-se por intermédio de alguma intervenção que se justifique por si só. Para empreender uma caracterização da racionalidade do modo de funcionamento das instituições totais, o próprio Goffman (2008, p. 77) afirma que:

As exigências do trabalho com pessoas estabelecem a rotina diária para a equipe dirigente; o trabalho é realizado num clima moral específico. O pessoal da equipe dirigente precisa enfrentar a hostilidade e as exigências dos internados, e geralmente precisa apresentar aos internados a perspectiva racional defendida pela instituição.

A grande contribuição de Erving Goffman é considerar que em nossa vida civil, formulamos aspectos paulatinos de nossa individualidade que é objeto de deterioração nas instituições totais e, além disso, que a semiologia dos internados – como os doentes mentais – está mais próxima da revelação do modo de funcionamento das instituições do que de uma natureza do processo de adoecimento psíquico. O caráter sociológico do eu, a tendência a nos relacionarmos com diferentes audiências e de nossa apresentação se basear nas imagens que as audiências fazem de nós mesmos são aspectos da

microsociologia de Erving Goffman. O autor declara em partes de sua pesquisa a natureza funcionalista de sua investigação e sua herança do legado de Durkheim, apresentando a intervenção exaustiva que se faz sobre o eu em instituições totais, indicando a dualidade de *status* no interior das instituições totais e os acontecimentos institucionais em que a hierarquia pode ser provisoriamente colocada à prova, como cerimônias de fim de ano e festas para convidados externos. Membros da equipe dirigente podem sofrer com as situações vividas no interior das instituições totais, uma vez que percebem que são vetores de desqualificação de indivíduos que levavam outro modo de vida fora da instituição, que possuem amigos e redes de conhecidos fora da instituição total. O problema que se colocará aos internados – quando se aproximam as datas de saída da instituição devido ao fim do tratamento, da prisão ou da formação – é a enorme dificuldade de se adaptarem a vida fora das instituições. Goffman (2008) nos dá exemplos de experiências em que gostos, cheiros e banalidades cotidianas ganham um colorido extraordinário fora das instituições totais: o sabor dos alimentos, o gosto de um cigarro, o aroma de um pedaço de *bacon* misturado aos ovos feitos para o café da manhã. E será justamente o tempo que será violado no interior das instituições totais, tempo que tenderá a nunca mais ser recuperado, se tornando definitivamente perdido. Além do problema do tempo perdido, existirão internos colonizados, que parecerão ter encontrado o melhor dos mundos durante sua permanência nas instituições. A dinâmica das instituições totais permitiu que Goffman criasse diversas categorias, problematizando a função das instituições e incluindo uma perspectiva sociológica a respeito da individualidade. Michel Foucault apresentará uma exaustiva reflexão sobre a formação das instituições disciplinares, interrogando o contexto histórico e político que permitiu que prisões, escolas e hospitais emergissem como formas de controle das coletividades e locais de produção da individualidade. Em suas indagações, apresentará a formação da chamada anátomo-política do corpo humano, expressão de uma preocupação política com os soldados, os estudantes e os doentes. A preocupação, na verdade, não indica o apego a um valor, mas a elaboração de uma imagem, a do homem. O trabalho de Michel Foucault nos indicará o sentido histórico daquilo que se constituiu a partir do trabalho institucional e epistemológico sobre o crime, a norma e a individualização da doença. Partiremos às considerações de Michel Foucault a respeito das instituições disciplinares e buscaremos, posteriormente, estabelecer um diálogo com a perspectiva defendida por Erving Goffman.

Michel Foucault e as instituições disciplinares

Michel Foucault não parte dos mesmos princípios que Erving Goffman, mas em um momento de sua obra se voltou ao estudo de instituições chamadas por ele de austeras, sem incorrer na pura apresentação de características internas das instituições e em sua relação com estruturas sociais definidas. O propósito do estudioso francês parece ter sido se voltar ao processo histórico que se descreve desde o século XVII na Europa como o disciplinamento de crianças, soldados e doentes com a finalidade de conter fluxos sociais, forjando o que se entende por corpos dóceis. Quando Michel Foucault (2010, p. 5), em curso no *Collège de France* entre os anos de 1982 e 1983 procura fazer um resumo do seu percurso de estudos, pende para uma caracterização do poder e dos problemas filosóficos e históricos a enfrentar em seu diagnóstico da atualidade:

(...) o que procurei fazer foi uma história do pensamento. E por “pensamento” queria dizer uma análise do que poderia chamar de focos de experiência, nos quais se articulam uns sobre os outros: primeiro, as

formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis.

Mais adiante, o autor também aponta a sua preocupação com a articulação de uma concepção de poder imanente ao modo como se elaboram matrizes normativas de comportamento para os indivíduos:

(...) procurei colocar a questão da norma de comportamento primeiramente em termos de poder, e de poder que se exerce, e analisar esse poder que se exerce como um campo de procedimentos de governo. Aí também, o deslocamento consistiu no seguinte: passar da análise da norma à análise dos exercícios de poder; e passar da análise do exercício de poder aos procedimentos, digamos de governamentalidade. Então, aí, tomei o exemplo da criminalidade e das disciplinas (FOUCAULT, 2010, p. 6).

Com as marcações sugeridas pelo autor, compreendemos que o seu objeto foram os focos de experiência formulados desde o século XVII, na transição histórica para uma sociedade disciplinar em que o exercício de poder disperso e infinitesimal elege o corpo humano como campo problemático, forjando o indivíduo, campos de saber e formas de veridicção do que é constituído epistemologicamente sobre os indivíduos. O poder, para o pensador francês, não é algo que se possa individualizar, sendo, ao contrário, forma de condução que individualiza corpos. Desde os seus estudos arqueológicos, o pensador supõe uma linha histórico-política de composição de campos de saber, deslocando-se de uma história das representações e alcançando, provisoriamente, as instituições em que se busca conduzir o modo como os indivíduos se conduzem. Finalmente, ele abordará a história dos modos de elaboração dos indivíduos como sujeitos. Ou seja, o pensador submete à história os exercícios teóricos, espirituais e políticos em que se é incitado a se tornar sujeito. Antes de identificar os chamados modos de sujeição em curso em formas de saber e de governamentalidade, Foucault apresentará seus estudos de instituições disciplinares, a partir de sua leitura do projeto arquitetônico de Jeremy Bentham¹ chamado de Panóptico. De acordo com a investigação de Michel Foucault (2000, p. 165-166), é possível caracterizar a máquina arquitetônica de Bentham¹ da seguinte maneira:

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravessa a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar.

Em cada uma das celas, um ator estará sozinho e constantemente visível. Dissocia-se, nesta máquina do século XVIII, o par ver/ser visto, já que no alto da torre descrita anteriormente, pode-se ter um vigilante qualquer ou mesmo ninguém. De acordo com as pesquisas de Michel Foucault (2000, p. 167) sobre as instituições disciplinares, trata-se sempre de

(...) maquinaria que assegura a dissimetria, o desequilíbrio, a diferença. Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta

1

Utilitarista inglês do século XVIII que formula um projeto institucional que não se restringe a um novo modelo de prisão, mas que pode servir de base de sustentação do funcionamento de variáveis instituições. Essa preocupação com a gestão de multiplicidades e a valoração da visibilidade talvez tenham interessado particularmente a Michel Foucault.

do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados.

Sem ser uma composição onírica, o panoptismo empreendido a partir da máquina de visibilidade proposta por Bentham é a base primeira para a defesa da existência de instituições de confinamento, que não atuam pela negação à visão, mas que se estruturam a partir de um novo regime de visibilidade e de dizibilidade: o ator nas celas será objeto exaustivo de uma interpretação, a partir da própria composição de sua individualidade. O ator será convocado, rotineiramente, a exercer sobre si uma prática, trazendo para o campo da administração das condutas princípios que tinham, anteriormente, finalidades religiosas ou morais. É o homem, figura exemplar do século XIX, que se constitui nos procedimentos das instituições disciplinares. Obviamente que as instituições possuem diferentes finalidades, mas as disciplinas as atravessam, indicando o quanto, historicamente, uma prisão se torna parecida com um hospital que, por sua vez, se parece com uma fábrica, mantendo esta, forte proximidade com o quartel. Não sendo o poder individualizável, os seus efeitos podem ser colhidos, inteiramente, na experiência da individualização das condutas de soldados, aprendizes, doentes, presos e demais internos. A discussão sobre as sociedades disciplinares se amplia com o diagnóstico da anátomo-política do corpo humano, modo de se utilizar dos gestos do corpo, analisa-lo em seus elementos mais fundamentais e recompô-lo com diferentes finalidades, como a caligrafia do estudante, o uso do fuzil pelo soldado e a normalização dos indivíduos submetidos à vigilância em curso por intermédio da máquina de visão. Apropriando-se do programa entusiástico de Bentham, Michel Foucault considera significativo que se possam realizar distintas experiências a partir do projeto de individualização das condutas vigiáveis. As instituições disciplinares fabricam indivíduos, bem como a máquina em jogo no panoptismo permite uma substituição da incômoda situação das multidões pela pedagogização dos agrupamentos humanos, materialmente divididos entre os indivíduos que os compõem. O Panóptico permite uma espécie de naturalismo, por conseguir estabelecer diferenças entre os indivíduos, nos hospitais permite que não se confundam os efeitos da circulação de miasmas; bem como, fazer uma classificação rigorosa das habilidades, permitindo que se estabeleçam linhas evolutivas das capacidades dos alunos, no caso de uma instituição educativa. Os operários também serão normatizados a partir do modo de funcionamento do Panóptico. Novas experiências poderão ser feitas sobre operários, aprendizes e criminosos. Além disso, trata-se da possibilidade de alcançar a totalidade do corpo social, com o propósito de aumentar a eficácia da administração, a eficiência não violenta do controle exaustivo das condutas e a redução da força política dos grupos que, daqui por diante, serão compostos.

As instituições disciplinares permitem que Michel Foucault historicize a individualidade. Em sua investigação, o controle real das condutas nos séculos XVIII e XIX levado a cabo em distintas instituições, forja os objetos de investigação das ciências humanas. As instituições austeras – disciplinares e herdeiras do projeto de Jeremy Bentham – são o cenário em que personagens modernos são elaborados. Diferentemente do que se viu na perspectiva de Goffman, trata-se de considerar as instituições disciplinares como protótipos das formas múltiplas adotadas pelo controle social moderno. Reenviados de uma instituição disciplinar para outra, somos interpelados como indivíduos e passamos a ser compreendidos como tais. Nossa infância, raiz de nossas condutas, passa a ser objeto de inquirição. A violência social passa a ser compreendida como questão que pode ser racionalmente administrada, abrindo-se a possibilidade de uma gestão das virtualidades, a ponto das prisões se configurarem, de acordo com Michel Foucault (2003, p. 156) como um grande sucesso do século XX:

A prisão cria e mantém uma sociedade de delinquentes, o meio, com suas regras, sua solidariedade, sua marca moral de infâmia. A existência dessa minoria delincente, longe de ser a medida estrondosa de um fracasso, é muito importante para a estrutura do poder da classe dominante.

O sucesso das instituições disciplinares se mede pelas hierarquias impostas socialmente, pela dinâmica de posições econômicas mantidas historicamente, pela sombra da prisão que se descreve no destino dos pobres e pela proeminência da correção e da normalização em uma sociedade como a que se consolidou no século XX e que ainda se atualiza em instituições do século XXI. Além da caracterização das instituições disciplinares, Michel Foucault (2000) nos apresenta uma perspectiva crítica acerca da formação das ciências humanas, indicando o limiar de saber que se institucionaliza como científico, a partir da objetivação da individualidade. Será a partir das instituições disciplinares que se iniciarão esforços de investigação de características individuais e que pesquisas no campo da psicologia poderão se iniciar, com toda a pretensa exclusividade das reflexões de natureza epistêmica. Ao propor uma história política da verdade, Foucault realiza uma crítica dos saberes com prefixo psi. Como se viu, a visibilidade assume uma grande importância no trabalho investigativo de Michel Foucault, mas o pensador também se voltará ao disciplinamento do tempo em curso nas instituições disciplinares, indicando, para nós, a importante diferença em relação à perspectiva adotada por Goffman. Se, para Erving Goffman, o tempo é aquilo que se subtrai dos internos das instituições totais, o tempo é aquilo que é composto pelas instituições disciplinares. O tempo não deve ser desperdiçado e o seu uso racional permitirá a composição dos gestos e dos corpos. São os corpos que são fabricados que indicam a grande diferença das sociedades do século XVIII na Europa em relação às chamadas sociedades de soberania, em que outra visibilidade estava em jogo. A proximidade entre as disciplinas e as instituições monásticas permite uma vulgarização da preocupação com o tempo, uma espécie de capitalização do mesmo. Os indivíduos, neste sentido, são compostos a partir de um controle exaustivo do espaço e do tempo: horário, elaboração temporal do ato, correlação entre o gesto e o corpo e, além disso, a articulação entre corpo e objeto são os elementos da gênese de uma nova individualidade.

Tal individualidade emergirá em diferentes instituições, indicando o quanto Michel Foucault está preocupado com o advento de formas móveis e múltiplas de gestão das condutas, que tendem a cobrir todo o corpo social moderno. De acordo com Foucault (2000, p. 131), acerca do tempo, aprende-se que a disciplina “organiza uma economia positiva”. O que decorre desta organização?

O que significa que se deve procurar intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável: ou como se, pelo menos, por uma organização interna cada vez mais detalhada, se pudesse tender para um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência (FOUCAULT, 2000, p. 131).

O tempo em instituições religiosas do século XVI devia ser resguardado da ociosidade, trata-se, desde o advento das disciplinas e das instituições austeras, de uma política temporal levada a cabo pelo fracionamento positivo das ações e de sua duração. Trata-se, doravante, de uma intensificação da utilização do tempo, que subsidiará o controle dos agrupamentos humanos. As instituições não se equivalem, mas são constituídas pelos mesmos princípios, pela mesma racionalidade e

produzem distintos resultados. Foucault (2000, p. 132) considera as técnicas em curso nas instituições disciplinares em torno do tempo de “técnicas de sujeição” e propõe uma definição do novo objeto que decorrerá do funcionamento institucional:

O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se anunciará um certo número de exigências de natureza e de limitações funcionais.

Foucault (2000) apresentará exemplos de funcionamentos de instituições do século XVIII na Europa, como das escolas, dos exércitos e das fábricas. Trata-se de uma capitalização do tempo e de uma racionalização do acúmulo de homens. Procura-se “inverter em lucro ou em utilidade sempre aumentados o movimento do tempo que passa” (FOUCAULT, 2000, p. 133). A máquina de visibilidade em curso nas instituições disciplinares é a condição histórica de possibilidade para a individualização dos homens. A relação entre saber e poder, célebre em comentários a respeito da obra do estudioso francês, se assenta em uma utilização racional dos espaços e da duração. Definindo o poder como algo positivo, Foucault nos apresenta a sua concepção das sociedades modernas, sociedades do limiar da modernidade biológica (FOUCAULT, 1997), em que a vida é investida de alto a baixo em seus procedimentos administrativos e em que os homens são convocados a se interrogarem sobre o que são, a confessarem aquilo que são. De acordo com Foucault (1997, p.134),

Mas o que se poderia chamar de “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão.

As sociedades do limiar da modernidade biológica são problematizadas em diferentes momentos da obra de Foucault, a ponto de se ter feito uma caracterização do lugar assumido pelo homem no campo do conhecimento moderno. Transitando de uma caracterização exaustiva de algumas instituições disciplinares para o diagnóstico filosófico da atualidade, Michel Foucault vai se aproximando, gradativamente, de uma pesquisa sobre os diferentes modos de subjetivação nas sociedades ocidentais.

Instituições totais e instituições disciplinares no século XXI?

Embora os autores anteriormente citados tenham estudado sociedades e instituições do século XX, suas pesquisas e problematizações não valem como a constatação de estruturas permanentes e imutáveis. Sabe-se, também, que os modelos de instituição não são definitivamente substituídos por formas contemporâneas de controle de agrupamentos humanos e de experiências individuais, como se rastros dos procedimentos não pudessem ser reconhecidos contemporaneamente. Goffman buscou caracterizar sociologicamente o eu civil e o seu processo de deterioração em instituições totais, fechadas ao intercâmbio com o mundo civil, contribuindo,

decisivamente, para uma crítica da intrínseca racionalidade de técnicas de tratamento de doenças psíquicas. O trabalho de Michel Foucault permite, por sua vez, uma historicização dos procedimentos de produção de verdade no campo do conhecimento sobre os homens, já que o limiar epistemológico de formação das ciências humanas se configura, exatamente, a partir das sociedades disciplinares que ele pesquisou, ao se voltar à problematização teórica das instituições austeras. As instituições totais não se findaram no mundo ocidental e, mesmo, o funcionamento de instituições contemporâneas dialoga com as rotinas estudadas etnograficamente por Goffman. As sociedades contemporâneas não romperam, definitivamente, com os processos de individualização que se descrevem nas escolas, nos hospitais, nas fábricas, nas empresas e nos quartéis. Indivíduos de segmentos sociais mais pobres costumam ser objeto de instituições extremamente violentas e dotadas de aparente racionalidade no investimento que fazem sobre os agrupamentos humanos. Os estudos dos autores problematizados mantêm sua atualidade, pois servem de material para a compreensão dos processos históricos que nos trouxeram até o presente momento, sem se tornarem prescritivos. O trabalho e intervenção de psicólogos e demais profissionais do campo das ciências humanas não podem se isentar de uma interrogação histórica sobre seus objetos. Neste sentido, as pesquisas de Goffman e Foucault nos auxiliam a problematizar quando, historicamente, se produziram os processos sociais de individualização a que ainda estamos submetidos, mesmo que implicitamente.

Gilles Deleuze (1992) nos auxilia a compreender as sociedades contemporâneas, apelando para uma abordagem filosófica daquilo que Foucault nos indicara com a proposição da existência de instituições disciplinares, instituições de confinamento, por excelência. Deleuze (1992) considera que os meios envolvidos no funcionamento das instituições disciplinares se encontrem em crise e que é uma das nossas tarefas, compreender os novos modos de controle em curso nas sociedades contemporâneas. Deleuze (1992, p. 222) sugere a categoria de “sociedades de controle”, por entender que, mesmo que as disciplinas não tenham sido substituídas por outro modelo de gestão das coletividades de forma definitiva, o controle social não opera por confinamento dos indivíduos, mas se dá por uma espécie de endividamento dos indivíduos, pela imposição de que não se consiga terminar, efetivamente, quase nada, devido ao estabelecimento de novos princípios de organização:

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço, sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal.

As sociedades de controle funcionam à céu aberto, ininterruptamente remetidas ao *marketing* e à necessidade de que os indivíduos se sintam motivados. O pequeno texto escrito por Deleuze (1992) serve de comentário a respeito das hipóteses formuladas por Michel Foucault, antecipando a caracterização das sociedades capitalistas contemporâneas, indicando-nos os limites históricos do diagnóstico de Foucault. As sociedades de controle irão requerer novas formas de luta, uma vez que se assentarão em políticas de sujeição que tenderão a agir à distância como as que já se estruturam por intermédio das mídias. Lazzarato (2006) também indica as transformações históricas ocorridas em sociedades capitalistas, sem procurar reduzir a complexidade de questões emergentes às análises empreendidas na tradição marxista que, segundo ele, submete a proposição das sociedades

disciplinares ao dualismo instituído pela exploração. De acordo com Lazzarato (2006, p. 62):

A teoria marxista concentra-se exclusivamente na exploração. As outras relações de poder (entre homens/mulheres, médicos/pacientes, professores/alunos) e as outras modalidades de exercício do poder (dominação, sujeição, submissão) são negligenciadas em função da dimensão ontológica da categoria trabalho.

Posicionando-se criticamente em relação às análises chamadas por ele de marxistas, Lazzarato (2006) procura ampliar as discussões empreendidas por Gilles Deleuze acerca da proposição das instituições disciplinares por Michel Foucault. As pesquisas e problematizações em torno do tema das instituições tocam em questões teóricas e éticas que são muito maiores do que a possibilidade de uma definição do modo de funcionamento de instituições como escolas e hospitais. Percebe-se que há um esforço de consideração política do contexto histórico em que as categorias foram formuladas. Mesmo considerando que não sejamos mais exaustivamente remetidos às instituições de confinamento, escolas e hospitais estudados por Michel Foucault nos dão uma imagem clara dos processos históricos que nos constituíram como corpos dóceis e, mesmo, que elaboraram as condições de possibilidade para a formação das ciências humanas. A abordagem etnográfica das instituições totais por Erving Goffman garantiu uma rearticulação do campo de pesquisas sobre a subjetividade, já que abordou o “eu” em termos sociológicos, afirmando a importância dos outros significativos na elaboração de uma experiência de si mesmo, uma discussão extremamente atual no campo da psicologia social, lançada à um infindo diálogo com outros campos do conhecimento. A abordagem histórico-filosófica de Michel Foucault (uma ontologia histórica de nós mesmos) interroga a elaboração do homem nas instituições de confinamento, negativo do processo histórico que engendrou o escolar, o doente mental e o operário. As contribuições dos autores subsidiam estudos sobre as formas históricas de subjetivação, como somos levados a nos constituirmos como sujeitos, interrogando nossas ações, nossos pensamentos e nossa relação com os outros. Os autores complexificam o campo de estudos sobre as instituições, trazendo ferramentas teóricas e metodológicas que atualizam nossas interrogações sobre a vida em sociedade. Os seus estudos permitem que consideremos os rumos históricos e institucionais em que nossos destinos são forjados e nos confrontam à questões éticas de urgente encaminhamento. Suas diferenças teóricas não podem ser negligenciadas, mas a inauguração de estudos sobre a relação entre as instituições e as experiências de si mesmo tem uma relação muito clara com os problemas levantados por Goffman e Foucault.

Sobre o artigo

Recebido: 02/05/2012

Aceito: 23/05/2012

Referências bibliográficas

DELEUZE, G. **Conversações**. RJ: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. RJ: Graal, 1997.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. RJ: Vozes, 2000.

_____. **Estratégia, Poder-Saber**. RJ: Forense Universitária, 2003.

_____. **O governo de si e dos outros**. SP: Martins Fontes, 2010.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. SP: Perspectiva, 2008.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. RJ: Civilização Brasileira, 2006.

PORTUGAL, F. Psicologia Social em George Herbert Mead, na Escola de Chicago e em Erving Goffman In: JACÓ-VILELA, A. M.; LEAL FERREIRA, A. A. (orgs.). **História da Psicologia: Rumos e Percursos**. RJ: Nau, 2006, p. 463-472.